

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA FUNDAÇÃO DA  
SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA — Nº  
01/2026, DE 22/01/2026 — PREVIDÊNCIA —**

Aos vinte e dois do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, com início às oito horas e trinta minutos, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos da FUNSERV através da Plataforma Online "Microsoft Teams". SEÇÃO I: FASE DE EXPEDIENTE (Art. 8º da Resolução FUNSERV 05/2024): A) Verificação do quórum: a Sra. Cilsa verificou que havia quórum para início da reunião, estando presentes também os seguintes membros titulares: Sr. Edgar Aparecido Ferreira da Silva; Sr. Marco Antônio Leite Massari; Sra. Amanda Cristina Nunes Schiavi e como membro titular de forma extraordinária, o membro suplente a Sra. Gemina Maria Pires. Verificado o quórum, após saudação inicial, realizou a abertura dos trabalhos. SEÇÃO II: APRECIÇÃO E DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS TRATADOS (Art. 8º da Resolução Funserv nº 05/2024). **ITEM 1 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS APLICAÇÕES NO MÊS DE DEZEMBRO /2026:** A Sra. Cilsa apresentou o resultado da rentabilidade total da carteira de Dezembro de 2025. Esclareceu que o saldo total da carteira, ao final do mês, era de R\$2.883.020.418,44, contando com R\$ 0,03 na conta corrente devido à migrações realizadas de chamada de capital e compra de novos títulos públicos. Quanto aos recursos previdenciários, o saldo total foi de R\$2.868.242.045,76, com retorno positivo de R\$ 35.021.168,93, representando 1,19% de retorno mensal, acima da meta atuarial de 0,78%. O retorno anual está em 14,38%, acima da meta acumulada de 9,70%. Informou ainda que, em função do previsto na Lei Municipal nº 12.656, de 29/09/2022, parte deste recurso integra a Reserva Administrativa, a qual deve ter seu controle segregado. Nesta, o saldo final era de R\$14.778.372,65, com retorno mensal de R\$180.376,93 e retorno acima da meta atuarial. Na análise, por segmento, esclareceu que o volume de recursos aplicados em renda fixa, ao final do mês, era de R\$1.953.979.182,17 e, neste segmento, houve retorno positivo de R\$18.879.967,77 o que representou retorno mensal de 0,95%, no mesmo período, o CDI teve retorno de 1,22%, o IDkA IPCA 2A retorno de 1,15% e o IPCA de 0,33%. Em seguida, apresentou os dados do segmento de renda variável, o total de recursos alocados neste segmento era de R\$ 728.365.972,76 e, no mês em análise, teve retorno de R\$8.388.090,99 que representou retorno mensal de 1,17%. Apresentou uma tabela contendo todos os fundos enquadrados neste segmento e o resultado de cada um deles: Ibovespa 1,29%, S&P500 -0,05% e IFIX 3,14%. No segmento de investimento no exterior, o saldo ao final do mês era de R\$ 200.675.263,48 com retorno de R\$7.933.487,10, o que corresponde ao retorno mensal de 4,12%. Para efeito de comparativo com o mercado global, o índice Global BDRX teve retorno de 3,30%, e o MSCI World em 3,91%. A carteira apresentou desempenho positivo no período, com os investimentos no exterior influenciados pela volatilidade dos mercados internacionais, especialmente o americano, refletindo oscilações de curto prazo. Ainda assim, a renda fixa manteve papel central na sustentação dos resultados, impulsionada pelo elevado patamar da taxa de juros e pelo recebimento de cupons dos títulos públicos, garantindo estabilidade e previsibilidade à carteira. Adicionalmente, a renda variável contribuiu de forma favorável no acumulado, compensando eventuais movimentos adversos e reforçando a diversificação dos investimentos. Dessa forma, o

conjunto das alocações resultou em retorno positivo da carteira, em consonância com a política de investimentos e os objetivos atuariais. Ressalta-se, por fim, que todas as informações apresentadas nesta reunião constam igualmente no Parecer deste Comitê. **ITEM 2 – ELABORAÇÃO DO PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTO:** A Sra. Cilsa apresentou a análise do cenário econômico atual. Com relação à política monetária, foi destacado que, considerando a evolução do processo de desinflação, os cenários avaliados, o balanço de riscos e o conjunto de informações disponíveis, o Comitê de Política Monetária (COPOM) manteve a taxa Selic em 15,00% a.a. A próxima reunião do COPOM está agendada para os dias 27 e 28 de janeiro de 2025. Conforme o Boletim Focus, a projeção da taxa Selic é de 12,25% até o final de 2026, 10,50% para 2027 e 10,00% para 2028. Neste cenário, os ativos atrelados à taxa Selic tendem a apresentar rentabilidade compatível com a meta atuarial de IPCA + 5,21% a.a. No que se refere à inflação, o IPCA fechou em 0,33% em dezembro, acumulado de 4,26% em 12 meses. As projeções do Boletim Focus para o IPCA são: 3,80% em 2027 e 3,50% em 2028. Quanto à política monetária norte-americana, mantém a taxa de juros entre 3,50% a 3,75%. O câmbio, segundo o Boletim Focus de 19/01/2026, estava em R\$5,50, com projeção de R\$5,50 para 2026 e R\$5,50 para 2027. O mercado continuará atento às decisões do Fed, à inflação e ao mercado de trabalho. **ITEM 3- CENÁRIO ECONÔMICO DE DEZEMBRO:** Estados Unidos — Os dados recentes dos EUA indicam inflação moderada, com o CPI subindo 0,2% em novembro e acumulando 2,7% em 12 meses. O núcleo do CPI avançou 0,2%, enquanto o índice PCE cresceu 0,3%, em linha com as expectativas. O mercado de trabalho mostrou força, com criação de 64 mil vagas acima do esperado, apesar da alta do desemprego para 4,56%. As vendas no varejo ficaram estáveis em outubro, e a produção industrial subiu 0,17%, impulsionada pela mineração. O FOMC reduziu os juros para o intervalo de 3,50% a 3,75% ao ano e reforçou a dependência dos dados econômicos. Ásia (Japão) — O Banco do Japão elevou a taxa básica de juros em 0,25 p.p., para 0,75% ao ano, em decisão unânime na reunião de dezembro. A autoridade monetária avaliou que a economia japonesa apresenta recuperação moderada. Persistem, contudo, fragilidades relacionadas ao ritmo da atividade econômica. Também há atenção aos preços das importações e às condições dos mercados financeiros e cambiais. Caso o cenário de fragilidade se confirme, o BoJ sinalizou a continuidade do ajuste gradual dos juros visando a meta de inflação de 2% ao ano. Brasil — No Brasil, os dados indicam desaceleração da atividade, com a produção industrial avançando apenas 0,1% em outubro e o IBC-Br recuando 0,25% no mês. O volume de serviços cresceu 0,3% e o comércio varejista avançou 0,5%, enquanto a taxa de desemprego caiu de 5,4% para 5,2%, com alta da renda e da massa salarial real. A inflação permaneceu controlada, com o IPCA subindo 0,18% em novembro e acumulando 4,46% em 12 meses, influenciado principalmente por habitação e transportes. O setor público registrou déficit primário de R\$ 14,4 bilhões em novembro, com resultado nominal negativo de R\$ 101,6 bilhões. O Copom manteve a Selic em 15% ao ano e o IPCA de dezembro avançou 0,33%, encerrando 2025 com inflação acumulada de 4,26%, dentro do teto da meta. **ITEM 4- DESENQUADRAMENTO PASSIVO - ITAÚ INSTITUCIONAL FUND OF FUNDS GÊNESIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES CNPJ: 32.665.845/0001-92:** – A Sra. Cilsa levou para a discussão o desenquadramento passivo que ocorreu no mês de dezembro, após o resgate realizado por outros cotistas do fundo. Esse resgate levou ao aumento percentual do valor aplicado pela



Funserv, em relação ao valor total do fundo. Conforme regido pela resolução nº 4.963/2021, total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, e no momento a aplicação da Funserv está em 22,27%. Sra.Cilsa informou que entrou em contato com o Itaú, que disse acreditar em novos aportes nos próximos meses. Porém, para acompanhar de perto a situação, a gestão de investimento fará nos próximos meses uma reunião para tratar das perspectivas para o fundo. **ITEM 5 – CVM Resolução nº 5.272/2025:** Sra. Cilsa informou, também, a nova resolução aprovada pela CVM Resolução nº 5.272/2025, a fazenda teve como marco a implementação de um posicionamento mais conservador e protecionista, aperfeiçoando a governança e os controles na aplicação de recursos. Contudo, essa nova metodologia, traz a obrigação da aderência ao pré-gestão para a diversificação da carteira. Logo, de acordo com o nível do RPPS, ele terá acesso acumulativo entre os tipos de investimento. Porém, a Funserv se encontra no Pró Gestão de nível I, podendo realizar aporte apenas em renda fixa, mais especificamente Art. 7º, I Fundos ou ETF Renda Fixa 100% Títulos Públicos; Art. 7º, II Títulos do Tesouro Nacional (SELIC) primário/plataforma eletrônica; Art. 7º, III Títulos do Tesouro Nacional (SELIC) secundário; e Art. 7º, IV Operações compromissadas com lastros em TPF. A resolução informa que os RPPS terão dois anos após a publicação para a adequação, ficando vedadas de fazer aplicações nos fundos (mesmo já tendo eles em carteira). Em relação aos Fip's, e outros investimento que contenham prazo de liquidação, adquiridos antes da publicação, poderão continuar na carteira até os vencimentos, ficando a obrigação de informar mensalmente no Demonstrativo de Investimento – DAIR- no CadPrev. Ademais, a Funserv fica restrita a aportar somente nos enquadramentos acima. Os membros do comitê entrarão em contato com o responsável pelo Pró-Gestão da Funserv, para obter uma devolutiva sobre as perspectivas para alcançar novos níveis, para que dessa forma, possam programar as próximas deliberações para adequar a carteira à nova resolução. **ITEM 6– DELIBERAÇÃO DE NOVOS FUNDOS PARA FLUXO DE CAIXA:** Conforme a situação apresentada acima, a fundação conta com quatro fundos utilizados como fluxo de caixa, ou seja, para aplicação e resgate conforme as receitas e despesas diárias. Segue os comparativos dos fundos:

BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DE LONGO PRAZO PERFIL FIC FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 13.077.418/0001-49: Retorno 12 meses 14,53%, Retorno 24 meses 27,03%, Retorno Ano atual 0,74%, Retorno/2025 14,48% e Retorno/2024 10,88%.

CAIXA BRASIL MATRIZ FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 23.215.008/0001-70: Retorno 12 meses 14,48%, Retorno 24 meses 26,93%, Retorno Ano atual 0,73%, Retorno/2025 14,44% e Retorno/2024 10,86%.

CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA LP - RESP LIMITADA, CNPJ: 05.164.356/0001-84: Retorno 12 meses 14,23%, Retorno 24 meses 26,41%, Retorno Ano atual 0,72%, Retorno/2025 14,19% e Retorno/2024 10,61%.

BB RENDA FIXA REFERENCIADO DE TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 11.046.645/0001-81, Retorno 12 meses 14,33%, Retorno 24 meses 26,72%, Retorno Ano atual 0,72%, Retorno/2025 14,28% e Retorno/2024 10,82%.

Porém os fundos apresentados são enquadrados no (Art 7º III a) na Resolução 4.936/2021, e classificado no (Art. 7º V) , ficando fora do alcance da Funserv devido ao nível do Pró-gestão.



Como trata-se de fundos com aplicação diária, e ficando impossibilitada de aportar, a Sr. Cilsa informou que será necessário a migração para outros fundos que atendam as necessidades da Funserv e da Resolução 5.272/2025. Sra. Cilsa evidencia que nestes fundos teremos uma pequena perda, pois estes fundos aplicam exclusivamente em Títulos Públicos, como eles não possuem exposição em crédito privado, possuem a perda desses spread que tem no crédito privado. Em reunião com o Banco do Brasil, foi apresentada o fundo "BB RF REF DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LP RESP. LIMITADA - CNPJ: 11.046.645/0001-81" como alternativa, tal fundo é enquadrado no 7º, possibilitando o aporte. Com a situação exposta, os membros deliberaram para o Conselho, visto a necessidade de adequação legal, mesmo que o fundo apresentado tenha um retorno menor, haja visto a formação mais cautelosa e com risco baixo. **ITEM 6– ASSUNTOS GERAIS:** Sr. Edgar sugeriu que seria interessante a publicação do resultado alcançado pela gestão de investimento e os membros do comitê, para que, de forma transparente e didática, possa chegar aos servidores que o recurso previdenciário alcançou a meta indicada na avaliação atuarial, demonstrando o compromisso da gestão, bem como a longevidade do sistema previdenciário. Sr. Edgar informou que a evolução tecnológica da prova de vida, resultou em resultado efetivo. Hoje o sistema conta com um lembrete por mensagem, que é direcionado aos aposentados, tal ação resultou na queda de 17% dos bloqueios dos benefícios. Além disso, a reforma na saúde, que modificou os valores mensais aportados pelos servidores, está demonstrando um resultado positivo, ao subtrair as despesas das receitas. Os membros concordaram, e a Sra. Cilsa passará à demanda ao setor de comunicação. Sra. Amanda destaca a importância da evolução da Funserv na certificação profissional do Pró-Gestão, tendo em vista que níveis mais altos de certificação nos permitem uma melhor diversificação da carteira e a manutenção da atual Política de Investimentos. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Cilsa Regina Guedes Silva, encerrei a reunião, referente aos recursos previdenciários, às oito horas e cinquenta e cinco minutos, lavro a presente ata que segue ao conhecimento, aprovação e assinatura dos presentes, conforme previsto na Resolução FUNSERV nº 05/2024.

**Amanda Cristina Nunes Schiavi**  
Membro Comitê de Investimentos

**Edgar Aparecido Ferreira da Silva**  
Membro Comitê de Investimentos

**Gemina Maria Pires**  
Membro do Comitê de Investimentos

**Marco Antonio Leite Massari**  
Membro do Comitê de Investimentos

**Cilsa Regina Guedes Silva**  
Gestora dos Recursos do RPPS